



LEI Nº 1.051/2014

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE QUEIJO CANASTRA - APROCAN.

A Câmara Municipal de Vargem Bonita aprova e eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei:

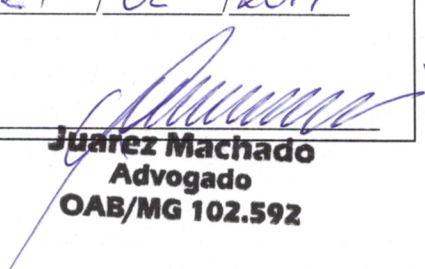
Art. 1º - Fica DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA, com todos os direitos e vantagens assegurados em lei, a Associação dos Produtores de Queijo Canastra – APROCAN, inscrita no CNPJ nº 07.815.773/0001-75, associação juridicamente organizada, sem fins lucrativos, de âmbito regional, instituída com o seguinte objetivo beneficente, educacional, de assistência social, de apoio ao desenvolvimento dos agricultores e da região da Serra da Canastra, com sede na Avenida Padre Murilo de Almeida Conceição, nº 215, centro, na cidade de São Roque de Minas-MG.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita, 21 de fevereiro de 2014.

Certificamos que a presente norma foi, nesta data, publicada no Órgão de Divulgação Oficial do Município – Quadro de Avisos – Conf. o disposto na Lei Municipal Nº 726/1997

21, 02, 2014


Juarez Machado
Advogado
OAB/MG 102.592


Belchior dos Reis Faria
Prefeito Municipal

LEI Nº 1.052/2014

ESTABELECE DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO PARA O EXERCÍCIO DE 2015 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município:

Faço saber que a Câmara Municipal de Vargem Bonita aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - A Lei Orçamentária para o exercício de 2015 será elaborada em conformidade com as diretrizes desta Lei, e em consonância com as disposições da Constituição Federal, da Constituição Estadual, da Lei Orgânica Municipal, da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964 e da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, compreendendo:

- I - As prioridades e metas da administração pública municipal;
- II - A estrutura e a organização do orçamento;
- III - As diretrizes gerais para a elaboração e execução do orçamento do município e suas alterações;
- IV - As disposições relativas à dívida pública municipal;
- V - As disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
- VI - As disposições sobre alterações na legislação tributária municipal;
- VII - As disposições gerais;
- VIII - A anexos.

CAPÍTULO I

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º - As prioridades e metas da administração pública municipal, previstas no artigo 163, § 2º da Constituição Federal, são as estabelecidas no Anexo I. Metas e Prioridades, que integra esta Lei e que compõem o projeto de Lei Orçamentária, as que serão incorporadas no orçamento de recursos na Lei Orçamentária de 2015 e na sua execução, de acordo com as diretrizes, rubricas, e a forma e programação das despesas, observando as seguintes diretrizes gerais:

- I - emprego e renda;
- II - desenvolvimento social;
- III - planejamento e desenvolvimento urbano;
- IV - saúde, educação e cultura;